Pela suspensão das patentes das vacinas COVID

29 Novembro, 2021

Enfermeiros fazem queixa na ONU para garantir a acessibilidade e universalidade de acesso às vacinas.

Uma coligação de sindicatos de enfermeiros que representa bem mais de 2,5 milhões de profissionais de saúde de 28 países de todo o mundo, coordenados pela Global Nurses United (GNU), apresentaram uma queixa nas Nações Unidas alegando violações dos direitos humanos por parte da União Europeia, Reino Unido, Noruega, Suíça e Singapura durante a pandemia Covid-19, cujo fim "não está à vista."

Na queixa dirigida ao Dr. Tlaleng Mofokeng, relator da ONU sobre saúde física e mental, os enfermeiros acusam que "estes países violaram os nossos direitos e os direitos dos nossos pacientes — e causaram a perda de inúmeras vidas" através da "contínua oposição à renúncia ao TRIPS(Aspetos relacionados ao comércio dos direitos de propriedade intelectual) resultando na violação dos direitos humanos dos povos em todo o mundo." Leia **aqui** **o texto completo da reclamação e a carta de apresentação.**

A União Europeia, o Reino Unido, a Noruega, a Suíça e Singapura bloquearam sistematicamente uma renúncia temporária aos direitos de propriedade intelectual farmacêutica ao abrigo do Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (Acordo TRIPS). Os governos sul-africano e indiano propuseram a renúncia à OMC no ano passado, como forma de acelerar o fabrico e distribuição de vacinas Covid-19 para países de baixo e moderado rendimento. Mais de 45% da população

mundial ainda não recebeu sequer uma dose da vacina Covid-19.

“Os casos de Covid-19 continuam a subir em várias partes do mundo, enquanto as empresas farmacêuticas e os governos não conseguem garantir que os tratamentos críticos e as vacinas são distribuídos de forma equitativa para responder à pandemia”, escreveram os sindicatos dos enfermeiros. “Os países de alto rendimento obtiveram mais de 7 mil milhões de doses de vacinas confirmadas, enquanto os países de baixos rendimentos só conseguiram obter cerca de 300 milhões de doses. Isto criou o que os defensores da saúde pública em todo o mundo descreveram como “apartheid da vacina”.

O Dr. Mofokeng respondeu, congratulando-se com a posição apresentada por enfermeiros e ativistas.

“A principal procura dos enfermeiros é uma que eu partilho: os Estados têm a responsabilidade coletiva de utilizar todos os meios disponíveis para facilitar o acesso mais rápido às vacinas, incluindo através da introdução de uma renúncia temporária aos direitos de propriedade intelectual relevantes ao abrigo do Acordo Propriedade Intelectual relacionado com o comércio (Acordo TRIPS)”, disse. “Enfermeiros e profissionais de saúde têm estado na linha da frente mantendo-nos seguros e testemunharam os efeitos mais dolorosos e arrebatadores da pandemia Covid-19. O seu evidente compromisso com o direito à saúde física e mental confere-lhes autoridade moral.”

Os signatários da petição incluem os principais sindicatos de enfermeiros/cuidados de saúde da Austrália (Federação Australiana de Enfermagem e Obstetrícia), Brasil (Federação Nacional dos Enfermeiros),Canadá (Federação Canadiana de Sindicatos dos Enfermeiros e Fédération interprofessionnelle de la santé du Québec), Costa Rica (Asociación Nacional de Profesionales en Enfermería) Curaçao, República Dominicana , Grécia (Federação Pan-Helénica de Enfermería), Guatemala (Sindicato Nacional de los Trabajadores de Salud de Guatemala), Honduras (Asociación Nacional de Enfermeras/os Auxiliares de Honduras), Índia (United Nurses Association), Irlanda (Organização irlandesa de Enfermeiros e Parteiras), Israel (Israeli Nurses Association), Itália (Nursind), Quénia (Sindicato Nacional dos Enfermeiros do Quénia), Malawi (Organização Nacional de Enfermeiros e Parteiras do Malawi), Nova Zelândia (Organização dos Enfermeiros da Nova Zelândia), Paraguai (Asociación Paraguai de Enfermería), Filipinas (Filipino Nurses United), Portugal (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses), Ruanda (Sindicato dos Enfermeiros e Parteiras do Ruanda), África do Sul (Organização Democrática de Enfermagem da África do Sul [DENOSA]), Coreia do Sul (Sindicato dos Trabalhadores médicos e Saúde Coreano), Espanha (Sindicato de Enfermagem e Enfermidades), Sri Lanka (Associação de Enfermeiros do Governo), Taiwan (Sindicato dos Enfermeiros de Taiwan), Uganda (Sindicato dos Enfermeiros e Parteiras), Estados Unidos (National Nurses United) e Uruguai (Sindicato Único de Enfermería del Uruguai [SUEU]).

A PI subscreveu a queixa completa, que se baseia nas obrigações em matéria de direitos humanos a que os Estados-membros da OMC estão legalmente vinculados, incluindo o recente parecer da Comissão Internacional de Juristas, segundo o qual “é dever de todos os Estados desistirem de bloquear a isenção do TRIPS. A denúncia exorta o Dr. Mofokeng a liderar uma investigação sobre a “ameaça imediata ao direito das pessoas à saúde causada pelo fracasso de certos Estados e instituições (União Europeia e seus Estados-Membros, Reino Unido, Noruega, Suíça e Singapura) para apoiar a renúncia ao apoio ao covid-19 no Conselho TRIPS da Organização Mundial do Comércio”.

Apesar do apoio histórico do Presidente Biden, em maio, para apoiar a renúncia, a pedido dos Enfermeiros Unidos e de numerosos ativistas dos cuidados de saúde e dos direitos humanos, continua a ser o bloco do Reino Unido, da União Europeia, da Noruega, da Suíça e de Singapura em nome da indústria farmacêutica multimilionária a impedirem.

“Esta distribuição desigual das vacinas não só é grosseiramente injusta para as pessoas dos países de baixo e moderado rendimento, que permanecem em risco elevado de contrair e de continuar a transmitir o Covid-19, como também prevê a possibilidade de desenvolvimento de novas variantes (o que) representa um risco terrível para todas as pessoas em todo o mundo”, disse a presidente da NNU, Deborah Burger, RN.

“A má distribuição de vacinas face a mais de 5 milhões de mortes, muitas delas evitáveis, é uma lembrança devastadora da deplorável disparidade de riqueza entre as nações ricas do norte e do sul”, prosseguiu Burger. “Recusar-se a agir simplesmente para proteger os lucros de grandes empresas farmacêuticas é inconcebível, desumano e tem de ser terminado.”

“Já passou muito tempo para os governos do mundo priorizarem a saúde das pessoas sobre os lucros das multinacionais através da aprovação da isenção da vacina”, afirmou Díaz Morales, presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros, que representa 632 mil enfermeiros no Brasil. “As enfermeiras de todo o mundo cuidaram dos pacientes ao longo desta pandemia e viram um sofrimento e morte sendo que muitas enfermeiras ficaram doentes e pagaram o sacrifício final. É vergonhoso que quase metade da população mundial ainda não tenha acesso à vacina Covid-19. Enquanto esta situação persistir nenhum de nós está seguro.

“Estes governos criminosos mostraram o seu desrespeito pela saúde e pelos direitos humanos ao bloquearem uma proposta que aceleraria o lançamento global de vacinas. As suas ações têm e continuarão a custar inúmeras vidas e a destruir os destinos. Devem ser responsabilizados”, disse Varsha Gandikota-Nellutla, membro do gabinete do PI.

“Os povos do mundo podem recuperar as suas instituições internacionais que foram sequestradas por um punhado de nações ricas. A Carta das Nações Unidas, a OMC, a OMS e o direito internacional devem beneficiar toda a humanidade. Como primeiro passo, temos de expor e depois derrotar os criminosos Covid-19”, prosseguiu Gandikota-Nellutla.

“Os enfermeiros e outros profissionais de saúde estiveram na linha da frente da pandemia Covid-19, e temos testemunhado o número impressionante de mortes e o imenso sofrimento causado pela inação política. Vimos diretamente o assustador preço que o Covid-19 tem tido nos nossos pacientes, nas nossas comunidades e nos nossos colegas de saúde”, refere a petição.

“Centenas de milhares de enfermeiros e outros profissionais de saúde em todo o mundo ficaram infetados e muitos morreram. A Covid-19 reivindicou a vida de pelo menos 115.000 profissionais de saúde em todo o mundo até agora”, escreveram. “A escassez artificial de vacinas significa que apenas dois em cada cinco trabalhadores da saúde estão totalmente vacinados, em média, mas os números são catastróficos em muitas partes do mundo — menos de um em cada 10 trabalhadores da saúde são totalmente vacinados nas regiões africana e ocidental do Pacífico.”

“Acreditamos”, concluíram, “é necessária ultrapassar esta desigualdade que ameaça a nossa própria sobrevivência colocando em primeiro lugar o benefício coletivo, com base nos princípios da soberania, da solidariedade e do direito universal à vida.”

Os membros do público podem mostrar o seu apoio à ação dos enfermeiros adicionando-lhe o seu nome em covid19criminals.expostos.

A Global Nurses United representa mais de 30 sindicatos de enfermeiros e profissionais de saúde líderes em todos os continentes.

A Progressive International lançou em maio de 2020 com a missão de unir, organizar e mobilizar forças progressistas em todo o mundo. O PI é apoiado por um conselho consultivo que inclui Noam Chomsky, Aruna Roy, Vijay Prashad, *Andres Arauz*, Naomi *Klein, Yanis Varoufakis, Fernando Haddad, Gustavo Petro, entre*

muitos outros. Os membros da PI incluem movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos que representam milhões de pessoas em todo o mundo.

O apoio jurídico foi dado por uma coligação de advogados de direitos humanos convocada pela Global Network of Movement Lawyers at Movement Law Lab, com apreço pelas contribuições do Secretariado da ESCR-Net, Gautam Bhatia e Christian Pino.